



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

2. ^a	PUBLICADO NO D. O. U.
C	De 01/04/1997
C	<i>Stolzenino</i>
Rubrica	

Processo : 10880.022865/94-21
Sessão de : 07 de fevereiro de 1996
Acórdão : 203-02.568
Recurso : 98.568
Recorrente : MICROFAX COMÉRCIO DE COMPUTADORES E SISTEMAS LTDA.
Recorrida : DRJ em São Paulo - SP

PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL - PRAZOS - REVELIA - Sendo intempestiva a impugnação, a fase litigiosa do procedimento não chegou a ser instaurada, não se devendo, pois, tomar conhecimento do recurso.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por: MICROFAX COMÉRCIO DE COMPUTADORES E SISTEMAS LTDA.

ACORDAM os Membros da Terceira Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, **por unanimidade de votos, em não conhecer do recurso, por não instaurada a fase litigiosa.** Ausente, justificadamente, o Conselheiro Sérgio Afanassieff.

Sala das Sessões, em 07 de fevereiro de 1996

Osvaldo José de Souza
Presidente

Celso Angelo Lisboa Gallucci
Relator

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros Mauro Wasilewski, Ricardo Leite Rodrigues, Tiberany Ferraz dos Santos e Sebastião Borges Taquary.

mdm/HR-GB



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

Processo : 10880.022865/94-21

Acórdão : 203-02.568

Recurso : 98.568

Recorrente : MICROFAX COMÉRCIO DE COMPUTADORES E SISTEMAS LTDA.

RELATÓRIO

Por bem descrever os fatos, adoto, leio e transcrevo o relatório referente à decisão prolatada pelo julgador singular:

“A empresa acima qualificada foi notificada em decorrência de ação fiscal direta a recolher 12.959,78 UFIR a título de Imposto sobre Produtos Industrializados, inclusos neste montante juros moratórios e a multa proporcional, em razão de promover saídas de produtos industrializados com erro na classificação fiscal, resultando recolhimento a menor do tributo.

Enquadramento legal nos artigos 15, 16, 17 c/c 55-I, “b”, e II, “c”, 107-II, 112-IV e 59, todos do Regulamento do Imposto sobre Produtos Industrializados, aprovado pelo Decreto nº 87.981/82.

Intimada pessoalmente em 06.06.94, foi lavrado o Termo de Revelia de fls. 82 em 09.03.95. Notificado em cobrança amigável para recolher o crédito tributário em 13.03.95, conforme A.R. juntado no verso de fls. 83, apresentou impugnação intempestiva ao auto de infração em 05.04.95, alegando em síntese que:

1- A classificação utilizada pelo contribuinte está correta, pois foi baseada em parecer “COSIT”, emitido pela DINON.

2- juntou cópia do Processo nº 13813-00216/88-40 em que a interessada é a empresa Silver Com. Ind. Exp. de Papéis Ltda, que corrobora sua posição.

3- O papel termo-sensível objeto da fiscalização deve ser classificado na posição 4811.90.9900, com alíquota de 12% e não na posição 3703.90.0000, com alíquota de 18%, como quer a fiscalização.

4- Requer o cancelamento e o arquivamento do processo.”



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Processo : 10880.022865/94-21
Acórdão : 203-02.568

O julgador de primeiro grau não conheceu a impugnação, em decisão assim
ementada:

“IPI - IMPUGNAÇÃO INTEMPESTIVA”

Não se conhece de impugnação apresentada fora do prazo determinado pela
legislação”.

Inconformada, a empresa interpôs o Recurso de fls. 105/106, em que reitera, em
substância, os argumentos expendidos na impugnação.

É o relatório.



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Processo : 10880.022865/94-21
Acórdão : 203-02.568

373

VOTO DO CONSELHEIRO-RELATOR CELSO ÂNGELO LISBOA GALLUCCI

A empresa tomou ciência do auto de infração em 06.06.94 (fls. 77) e somente apresentou sua impugnação em 05.04.95 (fls. 84). Não foi, assim, atendido o prazo previsto no artigo 15 do Decreto nº 70.235/72, motivo pelo qual o julgador de primeiro grau não tomou conhecimento da impugnação. No recurso interposto, a recorrente não se defendeu quanto à intempestividade.

Em razão do acima exposto, voto no sentido de não se tomar conhecimento do recurso, de vez que, sendo intempestiva a impugnação, não foi instaurada a fase litigiosa do procedimento.

Sala das Sessões, em 07 de fevereiro de 1996

CELSO ÂNGELO LISBOA GALLUCCI